



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Cuiabá-MT, 11 de abril de 2014

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / TERCEIRIZAÇÃO DA SAÚDE

11.04.2014 | 11h00 - Atualizado em 11.04.2014 | 11h04

Tamanho do texto A- A+

Governo rompe com OSS e retoma gestão de hospitais

Em 2012, Estado já desfeito contrato para Ipas gerir Farmácia de Alto Custo

Tony Ribeiro/MidiaNews

Clique para ampliar 



Jorge Lafetá confirma saída do Ipas do Estado; Metropolitano é um dos hospitais terceirizados

**ISA SOUSA
DA REDAÇÃO**

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, rompeu o contrato com o Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas).

A entidade era responsável pela gestão dos hospitais regionais de Várzea Grande, Colíder e Alta Floresta.



Ao **MidiaNews**, o secretário de Estado de Saúde, Jorge Lafetá, confirmou a decisão e informou que o acordo foi “amigável” e um destrato deverá ser firmado entre ambos.

Com a definição, a pasta montará uma equipe de transição, que fará paulatinamente a gestão das unidades.

“O patrimônio é do Estado e também não podemos romper o contrato drasticamente, senão os hospitais param. Em até 120 dias, está tudo transferido”

“Vamos montar essa comissão para fazer a transição e ver o que de forma mais urgente precisa ser feito. O patrimônio é do Estado e também não podemos romper o contrato drasticamente, senão os hospitais param. Em até 120, dias está tudo transferido”, explicou Lafetá.

O secretário ainda afirmou que a pasta não permanecerá à frente das unidades, uma vez que não tem condições de assumi-las, e que um novo modelo está sendo pensado.

“Nosso limite de RH (recursos humanos), por exemplo, já estourou, não temos condições de absorver. Creio que vamos ter um modelo indireto de gestão, não de terceirização, como se fala. Obviamente, vamos escolher parceiros melhores, que não tenha tantos problemas. Nosso problema não são as OSS, em Rondonópolis e Cáceres os hospitais estão indo muito bem. O que precisamos, realmente, é identificar e montar um contrato bem feito”, completou.

Problemas

O secretário Lafetá não especificou os motivos que levaram o Estado a decidir pela rescisão do contrato com o Ipas, mas confirmou que são “mais ou menos os mesmos” encontrados no ano passado, quando a secretaria rompeu o contrato



da mesma empresa, na gestão da Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (Ceadis), a Farmácia de Alto Custo.

“Entre os motivos, estavam a ‘quarteirização’ dos hospitais, que é quando eles contratavam empresas para gerir setores dentro das unidades, por exemplo, e também a falta de repasse para os profissionais e fornecedores. Outros motivos, nós vamos divulgar em breve”, disse

Lafetá também afirmou que a auditoria realizada por uma equipe da pasta por 10 dias, entre março e abril, foi fundamental para identificar problemas na gestão do Ipas.

O secretário não descartou que a OSS tenha que devolver valores, porém não soube informar a quanto esse montante pode chegar e também quanto de “desperdício” a gestão do Ipas pode representar.

Leia mais sobre o assunto:

Governo investiga gestão de OSS em 3 hospitais regionais

Governo rompe com OSS e admite intervir em hospitais

Fonte: www.midianews.com.br

FOGO AMIGO

11.04.2014 | 10h24 - Atualizado em 11.04.2014 | 10h30

Tamanho do texto A- A+

Socorro

SAD licita R\$ 10 milhões em ambulâncias

A empresa **De Nigris Distribuidora de Veículos Ltda.** venceu a licitação feita pela **Secretaria de Estado de Administração (SAD)** para fornecer **50 ambulâncias** de resgate, zero quilômetro, ao Governo. O valor total da compra,



que deve ser feita durante os **próximos doze meses**, está estipulado em **R\$ 10 milhões**.

O termo de homologação foi assinado pelo secretário adjunto da SAD, **José de Nunes Cordeiro**.

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / SEMANA HUMANIZAÇÃO

11.04.2014 | 11h45 - Atualizado em 11.04.2014 | 11h18

Tamanho do texto A- A+

Palestra orienta reeducandos e servidores para uma alimentação saudável

A humanização é uma política estabelecida no Sistema Único de Saúde (SUS)

SECOM/MT

A Semana Nacional de Humanização do Ministério da Saúde, de 07 a 11 de abril, trouxe nessa quarta-feira (09) aos reeducandos e servidores do Centro de Ressocialização de Várzea Grande a palestra "Alimentação como saúde, direito e humanização aos reeducandos", organizada pela Gerência de Serviço de Alimentação da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh/MT).

A nutricionista da unidade prisional, Cláudia Ourives Figueiredo de Souza, falou do trabalho realizado com os reeducandos que visa "integrar o nosso trabalho aliado à saúde e a educação, juntamente com a equipe de saúdedas unidades. Tendo que a alimentação como fator importante em se manter uma boa saúde física, e como direito e humanização dos reeducandos como diz na lei".

A humanização é uma política estabelecida no Sistema Único de Saúde (SUS) para "ofertar atendimento de qualidade, articulando os avanços tecnológicos com



acolhimento, com melhoria dos ambientes de cuidado e das condições de trabalho dos profissionais, tornando mais humana a relação com o usuário”, conforme o Ministério da Saúde - HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização-PNH. 2004. Um dos princípios norteadores da PNH é o fortalecimento de trabalho em equipe multiprofissional, de estimular a transdisciplinaridade e a grupalidade.

O evento foi proposto pela equipe técnica da Gerência de Serviços de Alimentação da Sejudh, e realizada em conjunto com a equipe de saúde do CRVG, visando mostrar que a Alimentação é um Direito Humano conforme Artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Além disso, a Lei de Execução Penal (LEP): Lei nº 7.210 de 11 de Julho de 1984, no seu artigo 41 diz: Constituem Direitos do Preso a “alimentação suficiente e vestuário”.

O chefe de disciplina do CRVG, Domingos Savio Souza Chagas, destacou que “este tipo de ação vem para conscientizar tanto os servidores quanto os reeducandos, sobre a importância que uma boa alimentação também contribui com o processo de ressocialização, deixando eles mais tranquilos e valorizados como seres humanos que são”.

“É muito bom receber essas orientações sobre a nossa alimentação, do que podemos consumir, como é tratado o alimento até chegar até nos. E este contato com as pessoas que vem de fora tira a visão de que aqui dentro só tem gente ruim. Ficamos agradecidos com essas pessoas que tem essa iniciativa, e acreditam e estão preocupados com o nosso bem estar”, disse Alexandre Marques, um dos 72 reeducandos que participaram da palestra.



Fonte: www.gazetadigital.com.br

Sexta, 11 de abril de 2014, 09h10

SEGURANÇA

Anvisa fixa novas regras para transporte de material biológico humano

Agência Brasil

Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicada hoje (11) no Diário Oficial da União fixa novas regras para o transporte de material biológico humano. O objetivo do regulamento, de acordo com o texto, é garantir a segurança, minimizar os riscos sanitários e preservar a integridade do material transportado.

As regras se aplicam a todos os remetentes, transportadores, destinatários e demais envolvidos – inclusive em processos de importação e exportação. Ainda segundo a Anvisa, a documentação relacionada ao envio, transporte e recebimento do material biológico humano deve ser arquivada por, no mínimo, cinco anos.

O texto também estabelece que o transporte de material biológico humano deverá ser feito em conformidade com a legislação aplicável de outros órgãos e entidades, incluindo o Ministério dos Transportes, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, no caso de transporte terrestre; a Agência Nacional de Aviação Civil, no caso de transporte aéreo; e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, no caso de transporte por água.

Os serviços de saúde e os transportadores de material biológico humano terão prazo de 30 dias, contados a partir de hoje, para promover as adequações necessárias ao cumprimento da resolução. Os novos transportadores de material biológico e aqueles que pretendam reiniciar suas atividades devem atender às exigências previamente ao início de funcionamento.

De acordo com a Anvisa, o descumprimento das normas constitui infração sanitária. A resolução entra em vigor hoje.



Fonte: www.gazetadigital.com.br

Quinta, 10 de abril de 2014, 18h34

gestão

Ipas pede rescisão e deixa 3 hospitais

Wellington Sabino, repórter do GD

João Vieira



Hospital Metropolitano de Várzea Grande foi a primeira unidade a ser entregue ao Ipas em 2011 e agora será administrado pelo Estado

fornecimento de medicamentos. Até o final deste prazo, será decidido qual o novo modelo de administração.

Outro contrato com o Ipas que já havia sido encerrado em janeiro deste ano, quando administração da Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (Ceadis) foi retirada da OSS e passou a para responsabilidade do Estado.

A administração das unidades por parte do Ipas foi alvo de várias denúncias de supostas irregularidades. Por conta disso, a Secretaria Estadual de Saúde (SES) realizou uma auditoria que durou vários meses em todas as unidades comandadas pelo Ipas e ao final deu parecer favorável pela rescisão de contrato.

Alto custo - A primeira investigação envolvendo a Ceadis para apurar a perda de centenas de lotes de medicamentos que venceram Farmácia de Alto Custo (FAC) foi realizada pela Auditoria Geral do Estado (AGE) e durou 6 meses. Ao final, foi comprovado um prejuízo de



R\$ 2,8 milhões uma vez que os remédios venceram antes chegarem a população que procurava as unidades e recebia a informação de que os medicamentos estavam em falta.

A partir daí, o secretário Jorge Lafetá, convocou coletiva de imprensa no dia 31 de janeiro deste ano e anunciou que o Estado passava a gerenciar a Ceadis. À ocasião, Lafetá anunciou que a Secretaria Estadual de Saúde (SES) investigava outros 3 acordos mantidos com o Instituto Pernambucano de Assistência Social. Ou seja, os hospitais de Colíder, Alta Floresta e o Metropolitano de Várzea Grande. O secretário adiantou na época que havia indícios que a mesma prática adotada na Capital, de subcontratação de empresas pelo Ipas, estivesse acontecendo nas demais unidades gerenciadas pela OSS.

Os profissionais da saúde pública e conselhos de classe como Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed) e Conselho Regional de Medicina sempre se manifestaram contrários à entrega das unidades de saúde pública para serem administradas por Organizações Sociais de Saúde. A medida começou a ser implantada em 2011 na gestão do então secretário estadual de saúde, Pedro Henry, hoje ex-deputado e presidiário cumprindo pena no regime semiaberto devido sua condenação no processo do mensalão pelos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

Fonte: www.rdnews.com.br

Dê sua opinião

| 11/04/2014, 00H:00 - ATUALIZADO: 04H ATRÁS

Agonias com a saúde pública



Elga Figueiredo

O Dia Mundial da Saúde foi comemorado no último dia 7. Em termo de saúde pública, não há nada a se comemorar. O Estado transformou o setor num descaso geral. Infelizmente, é costumeira a procura de pessoas vítimas da omissão do Estado quanto ao direito fundamental à saúde. Ainda nesta semana da saúde mundial, fui procurada por uma senhora que perdeu seu



cônjuge acometido por um câncer. Ela revelou que, muito embora o seu marido tenha sido submetido a diversos tratamentos quimioterápicos, fora negado a ele pela Secretaria de Saúde medicamento que tinha como função impedir a progressão da doença, bem como possibilitaria ao paciente viver por mais tempo, e com qualidade de vida.

Assim, devido à impossibilidade de se obter o medicamento de forma gratuita através do Estado, e pelo alto custo do mesmo, não fora possível a utilização do medicamento pela vítima da doença, que logo veio a falecer. É direito do cidadão exigir e dever do Estado fornecer medicamentos e insumos indispensáveis à sobrevivência, quando o cidadão não puder prover o sustento próprio sem privações. A saúde é um direito de todos porque sem ela não há condições de uma vida digna. E é um dever do Estado porque é financiada pelos impostos que são pagos pela população.

Nos termos do Artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde. Desta forma, para que o direito à saúde seja uma realidade, é preciso que o Estado crie condições de atendimento em postos de saúde, hospitais, programas de prevenção, medicamentos, entre outros, e, além disto, é preciso que este atendimento atinja a todos os que precisam, garantindo tudo o que a pessoa necessite.

Assim sendo, todo cidadão deve ter seu direito à saúde respeitado, sendo que havendo demora excessiva no agendamento de consulta médica, realização de exames de urgência, medicamentos, ou qualquer outro procedimento que garanta a continuidade da vida do cidadão, representa ofensa à Constituição. Desse modo, em caso de negativa de um direito fundamental garantido, faça uma reclamação por escrito e, se mesmo assim, não obtiver êxito, procure a tutela jurisdicional.

Importante informar ainda ao cidadão que a reclamação administrativa, apesar de ser um expediente útil ao ente público, bem como aos próprios cidadãos, é uma formalidade burocrática e sua não observância não pode ser óbice a impedir o pedido judicial de requisição de medicamentos ou qualquer outro procedimento de que necessite o cidadão diante da relevância e urgência do direito que se busca tutelar.

Por fim, tem-se que no caso relatado alhures, embora não seja possível mensurar quanto tempo de vida a vítima do câncer ainda teria se estivesse sido fornecido o medicamento ao mesmo, bem como se iria obter melhora pelo uso do medicamento, a omissão acarretou danos irreversíveis, mostrando-se patente a existência de dano moral. Isto porque, além do óbito



propriamente dito, a demora e a negativa inicial no fornecimento do medicamento abalam psicologicamente tanto a própria vítima da doença, quanto a todos que o rodeiam, caracterizando o dano moral, que deve ser indenizado.

Elga Figueiredo é empresária e advogada, especialista em direito do consumidor e escreve exclusivamente neste Blog toda sexta-feira - e-mail: elgafigueiredo@hotmail.com

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Situação da UPA Morada do Ouro preocupa vereador

11/04/2014 - 09h38

A- A+

Da Redação

O vereador Ricardo Saad (PSDB) pediu que o Executivo Municipal tomasse providências quanto a falta de médicos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da região Norte, localizada no bairro Morada do Ouro. A unidade ficou sem atendimento médico devido a falta de profissionais.

Por falta de pagamento, seis dos 10 médicos que atendiam na sala vermelha, setor de emergências da UPA, pediram demissão deixando a unidade sem capacidade de atendimento clínico durante o final de semana.

Os profissionais eram servidores terceirizados e estavam sem receber a três meses.

"A cada dia que passa, sem que seja tomada uma providência, a situação vai se agravando. A UPA é a única unidade de atendimento daquela região, porque a Prefeitura fechou as demais. Se ela não tem médicos para oferecer atendimento, para onde os pacientes vão buscar atendimento? Sobrecarregar o Pronto Socorro" analisa o parlamentar tucano.

A situação chegou, inclusive, a ser alvo de boletim de ocorrência. Indignados com a situação, uma vez que foram alocados na emergência para auxiliar no atendimento, seis médicos da Prefeitura procuraram o Centro Integrado de Segurança e Cidadania (Cisc) para registrarem os



fatos.

Os profissionais tomaram esta atitude a fim de se preservarem e não serem responsabilizados, caso algo grave acontecesse com algum paciente.

"Agora, para tapar o buraco de um lugar, abrem em outro e não solucionam o problema. Como vão inaugurar um novo Hospital se não tem condições nem de manter o funcionamento das unidades que estão aí? Isto é um absurdo. Falta gestão, falta compromisso com o povo", reclama.

Com a demissão dos profissionais, que estavam há 3 meses sem receber, a sala vermelha ficou sem médicos na quinta, sexta-feira e sábado da semana passada, no período da manhã. Durante a noite conseguiram médicos para tampar as lacunas. No domingo, entretanto, a unidade ficou sem médicos durante todo o dia, o que levou os médicos da Prefeitura a decidirem registrar um boletim.

"Vamos sediar uma Copa do Mundo com a saúde neste estado? Não podemos deixar isso acontecer. Além de atraso salarial, a Prefeitura paga muito mal para os profissionais que estudam por, no mínimo, dez anos. Este é um dos problemas que gera esta instabilidade na saúde".

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Secretário de Saúde quer mais ambulâncias em Várzea Grande

11/04/2014 - 08h01

A- A+

Da Redação

Várzea Grande necessita contar com mais ambulâncias para agilizar o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde - SUS à população, afirmou o secretário de Saúde, Douad M. Khamis Abdallab. Conforme o titular da pasta, a cidade se expandiu muito nos últimos anos, e tem registrado diariamente número espantoso de acidentes de trânsito, sem contar outros casos (socorro domiciliar). Trata-se de uma exigência diária incompatível à estrutura logística



veicular disponível, que necessita ser revista e readequada urgentemente, lamentou.

"Pedi um levantamento preciso da estrutura atual de carros na Saúde, quantidade, estado de conservação, etc. O objetivo é redistribuir essa logística, a fim de atender às unidades carentes desse apoio. Há déficit comprovado em várias delas, já sabemos. E é importante contar com viaturas aptas a trabalhar a qualquer momento, devidamente equipadas e com equipes clínicas treinadas, pois isso pode ser decisivo para salvar vidas. Fato que comprovei durante grande parte da militância na direção-geral do SAMU e em outros setores clínicos", comentou.

Abdallab adiantou que reivindicou do Governo do Estado a cessão de quatro ambulâncias. "Estamos na expectativa de sermos atendidos". Pelo SAMU, apontou, existem três viaturas em operação no município, mas o secretário calcula que esse número é insuficiente. "Temos reivindicado a disponibilização de pelo menos mais duas ambulâncias do SAMU. Mesmo porque Várzea Grande já começa a vivenciar o ritmo da Copa, e com a movimentação da proximidade dos jogos aumenta também as ocorrências. É onde entra o trabalho das equipes móveis que atuam no município, a postos para qualquer emergência".

Fonte: www.odocumento.com.br

Variedades

Calmante é o medicamento mais receitado no Brasil

11/04/2014 - 01h15

A- A+

R7

Uma pesquisa divulgada pela Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos nesta quinta-feira (10) mostra que o calmante rivotril (ansiolítico) foi o medicamento mais prescrito pelos médicos entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2014. Foram 1,380 milhão de prescrições. A associação compilou o ranking dos 20 medicamentos mais receitados no Brasil durante o período. A pesquisa se baseou nos indicadores do Close Up, instituto que audita receita médica no País.

Ainda de acordo com o levantamento, em segundo lugar do ranking está a losatana potássica, usada para hipertensão arterial, com 1,373 de receitas. Em terceira posição aparece o Glifage,



remédio utilizado para tratamento de diabetes, com 1,131 milhão.

Principal causa de afastamento do trabalho, álcool leva à depressão

O levantamento ainda mostra que os genéricos já somam 13 produtos no ranking, o que corresponde a 65% do total. Segundo a presidente executiva da PróGenéricos, os genéricos atendem mais de 95% das doenças catalogadas pelo Ministério da Saúde.

— A pesquisa nos mostra que os genéricos hoje já são maioria nas prescrições, mas é importante ressaltar que a categoria de medicamentos está preparada para substituir todos os outros produtos em que o médico optou prescrever pela marca.

Com preço 35% inferior aos produtos de referência, como determina a lei, os genéricos são os únicos produtos que atualmente podem substituir os produtos de marca indicados nas receitas. Isso ocorre porque passam por testes que garantem qualidade, eficácia e segurança idênticas aos do produto inovador. A troca pelo genérico pode ser feita pelo farmacêutico e requisitada pelo consumidor.

Fonte: www.vgnoticias.com.br

Vereador de Várzea Grande compara Pronto-Socorro municipal ao presídio do Carumbé, em Cuiabá

Publicado em: 10/04/2014 às 15:49

Tamanho da Letra [A](#) [A](#) [A](#)

Foto: Reprodução



Clique na imagem para ampliar

De acordo com Madureira, falta administração municipal com responsabilidade. E, criticou a política mato-grossense, questionando onde estão os deputados federais e estaduais que na época de eleição, estão diariamente fazendo visita na cidade.

O vereador de Várzea Grande, João Madureira (PSC) comparou ontem (09.04), na Câmara dos Vereadores, a situação do Pronto-Socorro municipal com o presídio do Carumbé, em Cuiabá. Segundo o parlamentar, a situação do PSMVG chega a ser pior do que muitos presídios do país.

“Salas sem ar-condicionado e ventilação, pacientes que recebem medicamento sentado em cadeiras do corredor, falta de medicamentos e médicos, enfermarias com super lotação, esta é atual situação do Pronto-Socorro de Várzea Grande que é pior do que os presídios do nosso país, pior do que o Carumbé, em Cuiabá”, criticou o vereador.

De acordo com Madureira, falta administração municipal com responsabilidade. E, criticou a política mato-grossense, questionando onde estão os deputados federais e estaduais que na época de eleição, estão diariamente fazendo visita na cidade.

“Em época de eleição todo dia tem um deputado aqui em Várzea Grande. Quando vencem se esquivam de ajudar por causas partidárias. Temos que parar com isso, a saúde é algo sério. Não temos que pensar em partido político, e sim na saúde do povo que está morrendo pelo descaso”, declarou. Consternado com a situação do Pronto-Socorro, Madureira prometeu doar três ar-condicionados ao PSMVG.



O parlamentar também criticou o governo federal na recente entrega de casas populares no município. “Não adianta o governo federal vir aqui e entregar um monte de casas, sem nenhuma infraestrutura. Sem água e energia elétrica. Isto é politicagem, e a população e os empresários já não aguentam mais pagar tantos impostos que anualmente tem reajustes”, finalizou.